



Número: **0800377-35.2019.8.20.5111**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **Vara Única da Comarca de Angicos**

Última distribuição : **24/06/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
UBIRATAN DAS CHAGAS DA SILVA JUNIOR (AUTOR)		ARINALVA CARLA MAURICIO PEREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
45083702	24/06/2019 18:23	AÇÃO DPVAT UBIRATAN	Outros documentos



M PEREIRA ADVOCACIA & CONSULTORIA

**EXMO. SR (A). DR (A). JUIZ (A) DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA
COMARCA DE ANGICOS/RN**

UBIRATAN DAS CHAGAS DAS SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, filiação, portador da cédula de identidade RG. 2.254.922, SSP/RN, devidamente inscrito no CPF 045102284-06, residente e domiciliado à Tv Vereador Olegario Xavier, Nº 39, Bairro Centro, Afonso Bezerra/RN, CEP: 59.530-000, por intermédio de sua advogada, conforme com a procuração em anexo – 084 9 9944-4033, advarinalva@hotmail.com vem à presença de Vossa Excelência propor

AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S. A., CNPJ. 09248608/0001-4, na rua senador Dantas, 74, 5 andar, Rio de Janeiro e o faz consubstanciado nas seguintes razões:



1. DOS FATOS

O autor veio a sofrer *um acidente de transito ao caminho do trabalho no dia 22/01/2018, sendo submetido a cirurgias devido a fratura de ossos na perna da tibia, o mesmo fez uma escanografia que acusou nos membros inferiores, uma diferença que causa sequela, até hoje o mesmo esta com pinos, que dificulta no andar, no seu trabalho, haja vista que requer esforço, sendo assim, demonstrando a incapacidade* conforme em anexo.

Ainda informa, que pleiteou o auxilio doença, em virtude da sua debilidade sendo deferido no INSS por vários meses e depois cessado, motivo que o autor recorreu a justiça federal para restabelecer o benefício.

O autor requereu a indenização do DPVAT sinistro 3180316895, sendo NEGADO, informando que não foram identificado sequelas permanentes em razão do acidente ocorrido em 22/01/2018, MESMO O AUTOR TER SE AFASTADO POR MESES DO TRABALHO, FEITO CIRURGIA, inadmissível tal alegação do réu.

Constatada a debilidade permanente do autor, em razão de acidente de trânsito, faz jus o mesmo ao recebimento 13.5000,00 (treze mil e quinhentos reais), corrigida desde a data do evento.

A indenização deve atingir o valor máximo em razão das condições socioeconômicas do autor, de modo que a incapacidade parcial deve ser considerada como total, sendo que foi dado entrada no dpvat administrativamente e foi negada pela reclamada.

Sendo assim, não resta ao autor, senão a propositura desta ação, para ser feita a pericia medica e ver sequelas deixadas pela queda de moto.



2. DO DIREITO

2.1 SEGURO DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE DIREITO À INDENIZAÇÃO

A demanda ora posta à apreciação do Poder Judiciário há muito tempo já se encontra pacificada, notadamente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

A pretensão autoral encontra-se amparada pela Lei nº 6.194/74 e art. 7º da Lei 8.441/92 e Lei 11.482/2007. A partir da Lei 11.945/2009, passou-se a devida, conforme o grau de invalidez apresentado. Contudo, isto não retira do julgador a possibilidade de interpretar o laudo, de modo que uma suposta incapacidade parcial pode ser considerada como total.

Portanto, tem o autor o direito ao recebimento da quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em razão da debilidade apresentada, acrescido de correção monetária e juros de mora desde a época do evento danoso.

2.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DA TABELA MÓRBIDA (ANEXO À LEI 11.945/2009)

A partir dos acidentes ocorridos em 16/12/2008, está em vigor a tabela constante no anexo à Lei nº 11.945/2009, que dispõe acerca do percentual da invalidez apresentada pela pessoa vitimada. Conforme a sequela apresentada, o valor da indenização pode chegar até R\$ 13.500,00.

Contudo, diante da situação sociocultural em que está inserida a



parte demandante e pela incapacidade apresentada pelo com **debilidade (cirurgias devido fratura de ossos na perna, relacionado a tíbia, que o mesmo se encontra com pinos)**, forçoso se faz reconhecer a sua incapacidade total para o trabalho antes desenvolvido.

Sendo assim, calha a aplicação, aqui, disposto no art. 426 do CPC, para que se reconheça a incapacidade total para o trabalho antes desenvolvido.

Art. 436. O juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo podendo formar a sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.

Portanto, requer a V.Exa. que se digne em considerar a situação fática do demandante (idade, escolaridade, profissão), a fim de aplicar o percentual de invalidez total ou mais favorável ao mesmo.

3. PEDIDOS

PELO EXPOSTO, requer a Vossa Excelencia:

- a) citar a ré no endereço mencionado para, querendo, responder à presente pretensão no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, REQUER A DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, apenas a prova pericial, depois as partes sejam intimadas para tomares conhecimento;
- b) a produção de **prova pericial**, a fim de constatar a debilidade parcial ocasionada em razão do acidente de trânsito aqui narrado, bem como a juntada de novos documentos e depoimento de testemunhas, se for



M PEREIRA ADVOCACIA & CONSULTORIA

necessário para esclarecimento;

c) condenar a ré ao pagamento do valor integral do seguro DPVAT no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso ou em ultima hipótese uma indenização de acordo com as sequelas de acordo com o laudo;

d) a concessão dos benefícios da GRATUIDADE JUDICIÁRIA, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o autor condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família:

e) a condenação da ré na verba honorária de sucumbência, bem como em anexo as perguntas feitas pela oportuna perícia medica;

Dá-se à causa o valor de 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Angicos/RN, 15 de Junho de 2019.

ARINALVA CARLA MAURÍCIO PEREIRA

Advogada - OAB/RN 10.849



M PEREIRA ADVOCACIA & CONSULTORIA

Relação dos quesitos a serem respondidos por ocasião da perícia:

- 1. Há ferimento ou ofensa física?**
- 2. Qual meio ocasionou?**
- 3. Resultou debilidade parcial ou permanente de membro, sentido ou função?**
- 4. Resultou incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias?**
- 5. Resultou perda ou inutilização de membro, sentido ou função?**
- 6. Resultou deformidade permanente ou parcial?**